



SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	11
ABREVIATURAS (OBRAS CITADAS)	39
AÇÃO CIVIL PÚBLICA	
LEI N. 7347, DE 24 DE JULHO DE 1985 (LACP)	
Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.	181
SÚMULAS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	281
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	
LEI N. 9868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 (LADIn)	
Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.....	297
AÇÃO DIRETA INTERVENTIVA (ADInt)	
LEI N. 12562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	
Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.....	375
AÇÃO POPULAR	
LEI N. 4717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 (LAP)	
Regula a ação popular.....	383
ADMINISTRATIVO	
LEI N. 9784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 (LPA)	
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	411
LEI N. 13726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018	
Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação....	477
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL	
LEI N. 9882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 (LADPF)	
Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.	481

BENS DA UNIÃO

DECRETO-LEI N. 9760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946	
Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.	513
DECRETO-LEI N. 2398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987	
Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União e dá outras providências.	603
LEI N. 9636, DE 15 DE MAIO DE 1998	
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decs.-leis 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	619
LEI N. 9821, DE 23 DE AGOSTO DE 1999	
Altera dispositivos das Leis 5.972, de 11 de dezembro de 1973, e 9.636, de 15 de maio de 1998, e dá outras providências.	675
DECRETO N. 3725, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	
Regulamenta a Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.	677

CARREIRAS JURÍDICAS**ADVOCACIA**

LEI N. 8906, DE 4 DE JULHO DE 1994 (EOAB)	
Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.	689
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB, DE 19.10.2015 (CEDOAB)	751
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB, DE 16 DE OUTUBRO E 6 DE NOVEMBRO DE 1994 (RGEOAB)	
Dispõe sobre o Regulamento Geral previsto na Lei 8.906, de 4 de julho de 1994.	773
LEI N. 13.688, DE 03 DE JULHO DE 2018	
Institui o Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil e altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), para dispor sobre a publicação de atos, notificações e decisões no Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil.	845

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

LEI COMPLEMENTAR N. 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993 (LOAGU)	
Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.	847
LEI N. 9028, DE 12 DE ABRIL DE 1995	
Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.	871
SÚMULAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	887

DEFENSORIA PÚBLICA

LEI COMPLEMENTAR N. 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994 (LDP) Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências	893
--	-----

MAGISTRATURA

LEI COMPLEMENTAR n. 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979 (LOMN) Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.	959
RESOLUÇÃO N. 75, DE 12 DE MAIO DE 2009, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) Dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional.	1017
RESOLUÇÃO N. 60, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional.	1049
CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL	1051

MINISTÉRIO PÚBLICO

LEI N. 8625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993 (LOMP) Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.	1057
LEI COMPLEMENTAR N. 75, DE 20 DE MAIO DE 1993 (LOMPU) Dispõe sobre a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público da União.	1097
RESOLUÇÃO CNMP N. 14, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2006 Dispõe sobre Regras Gerais Regulamentares para o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro.....	1183
RESOLUÇÃO CNMP N. 40, DE 26 DE MAIO DE 2009 Regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público e dá outras providências.	1189

DIREITOS SOCIAIS

LEI N. 7783, DE 28 DE JUNHO DE 1989 Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.	1195
LEI 9265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996 Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.	1199
LEI 11770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008 Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.....	1201

DECRETO 7052, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009 Regulamenta a Lei 11.770, de 9 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade, no tocante a empregadas de pessoas jurídicas.....	1205
ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DE LEIS	
LEI COMPLEMENTAR N. 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998 (LPL) Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.	1209
DECRETO N. 9191, DE 1.º DE NOVEMBRO DE 2017 Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado.....	1219
ERRADICAÇÃO DA POBREZA	
LEI COMPLEMENTAR 111, DE 6 DE JULHO DE 2001 Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	1249
HABEAS DATA	
LEI N. 9507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 (LHD) Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i>	1253
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
LEI N. 8429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 (LIA) Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.....	1267
LEI N. 12846, DE 1.º DE AGOSTO DE 2013 Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.....	1297
INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS	
LEI N. 9296, DE 24 DE JULHO DE 1996 (LIT) Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.....	1311
INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	
DECRETO-LEI N. 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942 (LINDB) Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.....	1327
MANDADO DE INJUNÇÃO	
LEI N. 13300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 (LMI) Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.	1369

MANDADO DE SEGURANÇA (LMS)

LEI N. 12016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 (LMS)

Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. 1383

MIGRAÇÃO

LEI 13445, DE 24 DE MAIO DE 2017 (LMig)

Institui a Lei de Migração..... 1471

LEI 13684, DE 21 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. 1525

DECRETO 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração..... 1531

POLÍTICA URBANA

LEI N. 10257, DE 10 DE JULHO DE 2001 (ECid)

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências..... 1631

SÚMULA VINCULANTE

LEI N. 11417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 (LSV)

Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei 9784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. 1703

RESOLUÇÃO STF N. 388, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2008

Disciplina o processamento de proposta de edição, revisão e cancelamento de súmulas e dá providências correlatas..... 1707

SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 1709

SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1743

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RISTF) 1771

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

LEI N. 7746, DE 30 DE MARÇO DE 1989

Dispõe sobre a composição e instalação do Superior Tribunal de Justiça, cria o respectivo Quadro de Pessoal, disciplina o funcionamento do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências. 1901

REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (RISTJ)..... 1905